



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 28 DE ABRIL DE 2017

----- No dia vinte e oito do mês de abril do ano de dois mil e dezassete reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia Jorge Magalhães e secretariada por Maria de Lurdes Castro e Mário Sérgio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos:-

- 1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----
- 2 - Documentos de Prestação de Contas do ano de 2016; -----
- 3 - Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais; -----
- 4 - Primeira revisão ao Orçamento da Receita, segunda revisão ao Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos; -----
- 5 - Primeira alteração ao Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços e Estrutura Orgânica Flexível dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Lousada, e conseqüente alteração ao Mapa de Pessoal do ano 2017; -----
- 6 - Assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de Serviços para Transportes Escolares; -----
- 7 - Associação Internacional de Cidades Educadoras; -----
- 8 - Plano Estratégico Educativo Municipal; -----
- 9 - Projeto de Interesse Municipal - ARTEMIS PORTUGAL - Indústria de Artigos em Madeira, S.A. - Concessão de benefícios fiscais municipais; -----
- 10 - Projeto de Interesse Municipal - FAMO - Indústria de Mobiliário de Escritório, Lda. - Concessão de benefícios fiscais municipais; -----
- 11 - Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos;-----
- 12 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Joaquim Cândido Ribeiro – Proc. nº 50/RSP/17; -----
- 13 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Jorge Teixeira Ferreira – Proc. nº 56/RSP/17; -----
- 14 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Vitor Serafim Alves Moreira Lobo – Proc. nº 77/RSP/17; -----
- 15 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – José de Jesus Martins – Proc. nº 125/RSP/17; -----
- 16 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Leves & Delicadas - Indústria de Confeções Unipessoal, Lda – Proc. nº 143/RSP/17; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- 17 - Relatório de execução orçamental e financeira do 4º trimestre de 2016 - Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, EM;

----- 18 - Instrumentos de Prestações de Contas do ano de 2016 - Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, EM. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição António Carlos Cunha Pacheco, Sandra Maria Ferreira Teixeira, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, Agostinho Paulo Teixeira Moreira em substituição Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Fátima Marisa da Silva Pereira, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos, em substituição João Carlos Pinto Correia, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Antero Sousa Correia em substituição Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Abílio José Pereira em substituição Manuel Campos Sousa Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Cidália de Lurdes Pereira Neto, Ricardo Filipe de Moura Ribeiro, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de António Filipe Cardoso Barbosa, José Manuel Teixeira Gonçalves, António Esteves, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Adrião Paulo de Sousa Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga e Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, num total de trinta membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Manuel António Nunes, Agostinho Gaspar Ribeiro, Cristina Moreira, Maria Cândida Novais e António Augusto Silva. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- O presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O presidente da Mesa começou por informar que Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto substituiu o membro António Carlos Cunha Pacheco que comunicou uma ausência por oito dias, Abílio José Barbosa Pereira substituiu o membro Manuel Campos Sousa Neto que comunicou uma ausência por trinta dias, dado que os elementos imediatamente a seguir na ordem da lista Ana Rita Costa Neto e Pedro Teixeira Mendes não se encontravam disponíveis, Agostinho Paulo Teixeira Moreira substituiu o membro Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro que comunicou uma ausência por trinta dias, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira substituiu o membro António Filipe Cardoso Barbosa que comunicou uma ausência por trinta dias, Alberto Oliveira substituiu o membro José Bernardino Pinto Nogueira que comunicou uma ausência por trinta dias, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos substituiu o membro João Carlos Pinto Correia que comunicou uma ausência por trinta dias e Antero Sousa Correia substituiu o membro Sónia Cristina Lourenço Ribeiro que comunicou uma ausência por trinta dias. -----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete.-----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se de seguida à votação da ata, que foi aprovada por unanimidade de trinta votos.-----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção da Sra. Sandra Silva do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhor presidente de Câmara e senhores vereadores, senhores deputados da Assembleia Municipal, estimado público e senhores representantes da comunicação social. Atendendo que estamos no Ano Municipal do Ambiente e da Biodiversidade, gostaria de falar sobre o aterro sanitário de Lustosa. Senhor presidente, o aterro de Lustosa é um aterro de resíduos não perigosos, destinado à deposição dos resíduos urbanos produzidos nos concelhos de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, que iniciou a sua atividade em mil novecentos e noventa e oito, sendo projetado com uma vida útil de dez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

anos. Sem querer fazer um historial do aterro de Lustosa deparamo-nos em dois mil e quatro com uma situação grave, que foi ao atingimento precoce da sua capacidade de funcionamento, tendo sido obrigatória a construção de uma nova célula, que ocorreu em novembro de dois mil e quatro, prolongando por mais três anos a capacidade de deposição dos resíduos urbanos. Em dois mil e sete foi efetuado um estudo de reengenharia do aterro, no sentido de otimizar a sua capacidade de utilização. Foi construída uma nova célula de deposição de resíduos, em dois mil e doze, estimando-se o prolongamento do funcionamento do aterro de Lustosa por cerca de mais cinco anos. Contas feitas senhor presidente, estamos novamente em fim de linha no que respeita à capacidade deste aterro. Pelo que temos conhecimento, existe um acordo, que obrigaria a uma rotatividade na deposição dos resíduos urbanos, nestes três concelhos, sendo certo que o próximo aterro seria em Paços de Ferreira. Senhor presidente da Câmara, quero crer que tem conhecimento de como estão a decorrer as obras de construção para o novo aterro em Paços de Ferreira? Estão praticamente concluídas ou nem sequer iniciadas? Se a construção deste novo aterro não se encontra sequer iniciada, senhor presidente, gostaria de saber concretamente quais as medidas tomadas pelo seu executivo, para que seja respeitado o acordo entre estes três municípios no que respeita a esta matéria dos resíduos urbanos? E gostaria também de saber, se na realidade o município de Paços de Ferreira tem condições para assegurar a construção do aterro, dentro do prazo expetável? Confirma senhor presidente que a empresa RIMA tem responsabilidades na construção do aterro, conjuntamente? Ao consultar o *site* da AMBISOUSA uma das medidas ou eixo de intervenção refere a construção de uma nova célula de deposição de resíduos no aterro sanitário de Lustosa prevista cronologicamente para o ano de dois mil e dezasseis/dois mil e dezassete. Senhor presidente queremos uma resposta concreta nesta Assembleia. Vamos novamente prolongar o funcionamento do aterro de Lustosa ou o aterro de Paços de Ferreira está pronto a funcionar, para a deposição dos resíduos urbanos, honrando o acordo pré-estabelecido?» -----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, senhor presidente de Câmara, senhores vereadores, caros deputados, público aqui presente. A questão que aqui me traz também tem a ver, por acaso, com Lustosa. E diz respeito a uma situação que está a preocupar muito a população, este ano, que é o abandono de animais domésticos, nomeadamente cães. Curiosamente este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ano a situação está a atingir proporções bastante elevadas, para terem uma ideia, no outro dia, só na minha rua contei uma alcateia de dez cães abandonados, uma cadela com dois cachorrinhos, inclusivamente. Esta situação, um bocadinho por toda a freguesia está-nos a deixar preocupados por várias razões, a primeira tem a ver com o facto dos animais, de alguns deles, apresentarem sinais de agressividade e muitos terem chegado a vias de facto, como aconteceu, num outro dia, com um senhor que se abeirou do animal, com a intenção de o adotar e foi mordido. Para além disso temos a questão da saúde pública, muitos animais estão repletos de parasitas, isso é visível à distância, não estão vacinados, obviamente. Para além disso, alguns animais atacaram galinhas e outros animais que as pessoas criam para alimentação, matando-os. Eu estive à conversa com o senhor presidente da Junta, fazer-lhe chegar a situação, inclusivamente já me tinham dito que lhe tinham feito chegar esse assunto, e o senhor presidente da Junta informou-me que já enviou vários e-mails para a Câmara, dando conta da situação, mas até agora, realmente, as coisas não têm melhorado. Ainda hoje me apercebi que continuam muitos cães na rua, hoje ao tirar o meu carro da garagem, verifiquei que num cantito estava lá um cachorrinho também, muito pequenino. Para além destes aspetos todos que falei, também tem a ver com a nossa sensibilidade relativamente aos animais. E realmente andam ali animais com doenças e cheios de fome, julgo que é urgente tomar uma medida. Eu gostaria de perguntar ao senhor presidente se tem conhecimento desta situação, se tem conhecimento destes e-mails, destes apelos, que foram dirigidos à autarquia? Se tem, o que é que foi feito? Se não tem, o que é que pensa fazer? Porque senhor presidente a gestão de uma autarquia não é só feita de festas, tendas e foguetes. Estas coisas são muito importantes para a vida dos cidadãos.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e quatro minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Antonio Fernando Silva, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém. -----

----- Intervenção do Sr. José Manuel Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhor presidente de Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, distinto público, comunicação social. Senhor presidente, o que me traz aqui é tão simples como isto, dois mil e dezassete é ano de eleições, todos nós sabemos, não só em Lousada, sejamos claros, de que é um ano de muitas tentações para todos os executivos camarários. Em Lousada, que é o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

nos interessa, sabemos que ainda se vão realizar vários eventos, até ao dia um de outubro. Um desses eventos é o Festival da Juventude, quero-lhe dizer de forma clara objetiva e transparente de que iremos estar atentos, iremos estar atentos para ver qual o comportamento desta Câmara em termos de valores, de escolha de artistas da moda, de locais, para verificarmos se o registo que este Festival da Juventude vai ter, será igual ao de dois mil e quinze, dois mil e dezasseis e dois mil e catorze, ou se por outro lado, só porque estamos em ano de eleições, irão ser ou não derretidos rios de dinheiro. Aqui fica o registo para memória futura.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e sete minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais. -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando por responder à Dr^a Sandra Silva. O aterro de Lustosa poderia já estar esgotado. Na verdade, na altura da última ampliação havia essa previsão. Mas felizmente, por um lado, os nossos concidadãos começaram a produzir menos resíduos, situação que prolongou o tempo de vida do aterro. E infelizmente por outro lado, porque essa menor produção de resíduos foi uma das consequências da grave crise que assolou o País. O certo é que, neste momento, a situação ainda não é crítica, porque é expeável que o aterro ainda possa servir por mais três anos. Eu tenho mantido fortes discussões no âmbito da Associação de Municípios sobre este assunto e tenho exigido que fique a constar em ata aquela que é a posição do Município de Lousada. E tenho dito de uma forma repetida que Lousada não vai condescender mais na solução deste problema. E, portanto, se porventura, a Associação de Municípios não se conseguir entender, se não conseguir resolver este problema, que eu espero que não venha a acontecer, então vamos ter aqui um problema grave. Vamos ter um problema grave em termos de Associação de Municípios, porque Lousada há de seguramente resolver o problema por si. Mas não vai estar disponível para mais uma vez sermos solidários com municípios que não são solidários connosco, se for esse o caso, que eu espero que não seja. Agora tenho sido de facto muito incisivo, repetitivo neste assunto, para que não haja qualquer dúvida a esse respeito, para que depois não digam que eu não avisei. Portanto, nesta matéria temos feito aquilo que é possível fazer. A questão que referiu da RIMA é uma situação completamente diferente. O aterro da RIMA não tem nada que ver com a Associação de Municípios, nem com a AMBISOUSA. Foi um aterro de iniciativa privada que foi construído para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

os resíduos industriais banais. Relativamente ao novo aterro da Ambisousa, é do conhecimento público que não há obras nenhuma em Paços. Mas há de facto esse compromisso, assumido no início da exploração do aterro de Lustosa, de haver uma rotatividade, não só para a zona norte que envolve Lousada, Felgueiras e Paços, mas também para a zona sul que envolve Castelo de Paiva, Penafiel e Paredes. No caso de Penafiel é exatamente igual. Foi Penafiel que acolheu o aterro da zona Sul e está previsto também que logo que esteja exaurida a capacidade do aterro de Rio Mau, seja Paredes a acolher um novo aterro. Relativamente à intervenção da Dra. Cidália Neto. Tenho informação de que, de facto, têm aumentado os pedidos de remoção de animais. Em tempos o senhor presidente da Junta chegou-me a ligar e enviamos ao local funcionários e presumo que naquele momento tenha ficado resolvido o assunto. Mas na verdade são cada vez mais os casos, infelizmente. Isso tem-nos obrigado a um reforço de meios. Havia um dia determinado da semana para se fazer essa recolha, que era suficiente até então, mas agora começamos a ter essa necessidade de reforçar os meios. Aliás, muitas vezes o serviço não é feito no dia em que os funcionários se deslocam ao local, porque simplesmente não encontram os animais nos locais referenciados. É necessário perder algum tempo à procura dos animais para se conseguir concretizar o pretendido. Não só nestes casos, mas também nos casos de ninhos de vespa asiática, estamos a reforçar os meios para dar uma ajuda aos bombeiros, para conseguirmos resolver todos os assuntos que temos pendentes. Relativamente à intervenção do Dr. José Gonçalves, pode estar descansado porque já conhece a maneira de estar deste executivo e sabe que nós não funcionamos desse modo. Sendo certo que não deixa de ser curioso que em reunião de Câmara foi-nos dito precisamente o contrário, ou seja, que se há evento em que a Câmara deveria estar disponível para investir era no Festival da Juventude. Pelos vistos, tem uma opinião diferente. Mas de qualquer modo, independentemente daquilo que se vai gastar, não é seguramente por haver eleições que se vai gastar mais ou gastar menos. Vai gastar-se aquilo que for estritamente necessário para se fazer um festival de música adequado e do agrado de todas as pessoas.» -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- Intervenção da Sra. Sandra Teixeira do Grupo Municipal do Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara, vereadores, membros da Assembleia e público presente. É com satisfação que a bancada do partido socialista se revê nas palavras do senhor presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, explanando um conjunto de iniciativas levadas a cabo nos últimos meses, em particular destaque, realço as intervenções na rede viária na maioria das freguesias do concelho, começam a ser visíveis e nos troços já pavimentados existem melhorias muito consideráveis. Destacamos também a aposta descentralizada na melhoria dos parques de jogos e expansão da rede de saneamento, fazendo de Lousada um dos concelhos com uma das maiores abrangências territoriais a este nível. Apesar de tudo isto, realço com muito agrado a aposta ambiental do município. É de louvar a iniciativa “Plantar Lousada” que mobilizou centenas de pessoas promovendo o ambiente e a multiplicação de espécies de árvores extremamente necessárias ao desenvolvimento ecológico do nosso concelho. Destaco também a posição dos responsáveis autárquicos que meteram mãos à obra e souberam dar o exemplo, não tendo problemas em pegar na pá e na enxada, juntamente com vários movimentos associativos e procederam à plantação de quase cinco mil árvores. Termino com os meus parabéns à autarquia por se ter lembrado de todos os autarcas que deram o seu contributo também neste “Portugal democrático” mais concretamente no nosso concelho. Parabéns pela homenagem pública aos autarcas, feita num dia de grande significado para todos nós.» -----

----- Intervenção do Sr. José Manuel Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu não era para vir aqui, neste ponto, fazer qualquer tipo de intervenção, mas depois de ouvir a anterior deputada que falou aqui, do grupo parlamentar do PS, não posso deixar de fazer três notas, quanto aos quarenta e um anos, desde a inauguração do Poder Local Democrático em Portugal. Não são quarenta, são quarenta e um. Nós todos sabemos fazer contas, não vale a pena estar aqui a disfarçar as coisas. E desde logo há aqui três notas que chamaram à atenção, a primeira foi o não convite aos grupos parlamentares que durante estes quarenta e um anos tiveram assento aqui nesta Assembleia Municipal. Eu nem sequer falo só no PS e no PSD, dou como exemplo o PCP que já cá teve um representante na anterior legislatura. Acho que democracia é isso, é convidar todos os que participaram neste trajeto, não é só ouvirmos o poder. Isso era antigamente, acho que as regras agora não são essas. E durante quarenta e um anos, que eu saiba, tivemos aqui pelo menos quatro grupos parlamentares, eu digo três, um não considero porque também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

tivemos aqui independentes que intervieram como entenderam. A segunda nota que também chamou à atenção, é que havia vários locais para realizar aquele evento. Já agora, gostava de saber quanto é que a autarquia gastou para montar ali aquela tenda, para estarmos ali todos? Quando nós sabemos que temos outros espaços que não tinham esses custos, onde todos poderiam estar presentes, onde todos seriam homenageados e onde também cabiam lousadenses que quisessem assistir àquela cerimónia. Por último fiquei surpreendido, não vou dizer se fiquei bem ou mal, o único não homenageado foi o ex-vereador, hoje o atual presidente da Câmara Municipal de Lousada. O Dr. Pedro Machado hoje é presidente da Câmara de Lousada porque este executivo foi o mais votado pelos lousadenses, eu entendo que era de todo o mérito e de todo o reconhecimento que o senhor também fosse um dos homenageados. Mas Dr. Pedro Machado reconheço esse ato de humildade de vossa excelência, não se preocupe, a partir de um de outubro, uma das propostas que iremos fazer aqui, é uma homenagem ao senhor, como autarca que durante estes quarenta e um anos exerceu funções em prol de Lousada.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Efetivamente são quarenta anos do poder local, não são quarenta e um. As eleições foram em dezembro de setenta e seis e o senhor está a fazer as contas para os quarenta e um anos, mas a tomada de posse ou seja quando efetivamente foram empossados como presidentes de Junta, presidentes de Câmara foi em setenta e sete. Não somos nós que dizemos, é a Associação Nacional de Municípios. Eles até criaram um hino para essa celebração dos quarenta anos do poder local, que efetivamente decorre em janeiro de mil novecentos e setenta e sete, é essa a questão que eu gostaria de esclarecer. Quanto ao senhor presidente de Câmara, ele certamente irá ter muito trabalho para fazer no futuro e logicamente não ficava a ele muito bem, homenagear-se a si próprio, entregar um prémio a si próprio. Acho que foi essa a única razão. Eu acho que nos próximos nove anos também não conseguirão fazer essa tal homenagem.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Relativamente à primeira parte da intervenção do Dr. José Gonçalves, confesso que cheguei a ponderar esse figurino, ou seja, de fazer uma assembleia pública, uma espécie de Assembleia Municipal extraordinária, como se faz em alguns municípios nas comemorações do 25 de abril. Mas como viram o figurino foi um pouco diferente, foi apenas agradecer, naquele dia, ex-autarcas. E como viram, tínhamos centenas de pessoas para homenagear, pelo que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

procurou adotar uma modalidade que não exigisse demasiado tempo. E mesmo assim, já foi uma cerimónia um pouco cansativa para algumas pessoas, com uma idade avançada. Mas julgo que nas próximas comemorações do 25 de abril deverá ser equacionada a possibilidade de se levar a cabo um ato público, a que podemos chamar de Assembleia Municipal extraordinária ou outra designação qualquer, uma reunião deste órgão, em que todos os grupos parlamentares tenham oportunidade de fazer a sua intervenção. Relativamente aos locais, nós achávamos que devia ser um local nobre e o auditório não tinha condições físicas para tantas pessoas. Achávamos que o ideal era que fosse ao ar livre, mas receávamos que as condições meteorológicas não fossem favoráveis. E por isso, por mera cautela, alugou-se uma tenda que foi relativamente barata, três mil e tal euros, por aí, menos de quatro mil, mas se quiserem dou-lhes depois uma cópia da fatura. As cadeiras foram grátis, foram emprestadas pela escola secundária. Conseguiu-se com muito pouco dinheiro fazer uma cerimónia com muita dignidade. Quanto ao resto, achei que não era adequado estar a conduzir a cerimónia e ser também homenageado.» -----

----- SEGUNDO PONTO: - Documentos de Prestação de Contas do ano de 2016 -----

----- Eram vinte e duas horas quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- Intervenção do Sr. José Manuel Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Neste ponto, sejamos claros, as contas correspondem a um orçamento que não é o nosso. Não era o orçamento que nós queríamos e que nós teríamos implantado em Lousada. Portanto neste ponto iremo-nos abster. Este ponto corresponde a todo um conjunto de opções políticas, que também não são as nossas, não seriam com certeza estas as nossas contas. Assim este orçamento é consequência, desde logo, de uma opção, as contas de dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete. Dois mil e dezasseis, de uma forma, que está aí explanada, e outras para dois mil e dezassete. E quando eu falo também em dois mil e dezassete, digo porquê. É que tudo, mas quase tudo, foi empurrado para dois mil e dezassete, ano de eleições. Senão vejam, redução de despesas de capital ou seja, uma redução propositada e premeditada do investimento camarário. A diminuição das receitas de capital, eu já sei que aqui me vai dizer que as receitas de capital



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

diminuíram porque os subsídios que vêm do poder central também diminuíram. Eu nem sequer vou perguntar porquê, todos nós sabemos que isso é uma opção política do partido socialista. Não é a nossa, nunca foi no passado, não é no momento, não vai ser no futuro. Eu só vou dizer estes dois números, porque a minha abordagem é meramente política, mas isto chama à atenção de qualquer um que olhe para os documentos. Em dois mil e quinze tivemos, oito milhões, setecentos e quarenta cinco mil quatrocentos e setenta e cinco euros e setenta e três cêntimos, que passou em dezasseis para, um milhão cento e vinte e quatro mil setecentos e noventa e seis euros e trinta cêntimos. O mesmo é dizer, neste ponto a diminuição do investimento público é meramente estratégico, é meramente eleitoralista. E novamente eu volto ao início, tudo para empurrar para dois mil e dezassete, ano de eleições. Esta é uma opção meramente eleitoralista, não tem nada a ver com qualquer planeamento para Lousada, para o concelho e a pensar nos lousadenses. Teve única e simplesmente, e se assim foi, também lhe vou dizer senhor presidente da Câmara, com toda a clareza, foi do vosso ponto de vista que não o nosso, bem pensado. Tenho que lhe dar aí a mão à palmatoria. Não somos, se reparar só nós que alinhámos por este diapasão, se lermos atentamente os ênfases que novamente o Revisor Oficial de Contas aí deixa sublinhado, que tem a ver com a pequena e redução, percentagem de despesas de capital. E aqui quanto à redução da percentagem de execução das despesas de capital, queremos questionar o porquê deste tão pequeno grau de execução, que neste caso ronda os cinquenta e sete vírgula oitenta e um por cento. O que é que falhou neste ponto? Eu sei o que é que o senhor presidente da Câmara nos vai dizer. Vai-nos dizer, novamente, que em dois mil e dezasseis, e voltamos ao início, só a pensar para dois mil e dezassete, as subvenções e os subsídios que vêm do poder central diminuíram. Para além disso se atentarmos no relatório do Revisor Oficial de Contas é recorrente o sublinhar do não registo de todo o imobiliário do domínio público. Eu sei que é complicado, eu sei que é difícil, sei que ainda se calhar vai demorar anos. Mas senhor presidente nós sabemos que isto tem uma implicação é que nunca iremos saber com exatidão quais as amortizações e subsídios desses bens do domínio público. Até termos com exatidão este inventário todo feito, nós sabemos que o resto é consequência do primeiro. E com exatidão, nunca nenhum executivo e neste caso o seu, nos irá poder dizer ou quantificar de forma exata, quais são os valores que ali estão em causa. Outro ponto, e aqui não é tão compreensível como este que eu abordei, que o Revisor Oficial de Contas sublinha, continua a não haver centro de custos. Senhor presidente não é a primeira vez que falamos nisto, ouvi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

atentamente, da última vez, que o senhor presidente explicou porque é que ainda não tínhamos o centro de custos. Ao continuar a não existir um centro de custos, eu por exemplo, não consigo ter o conhecimento, nem o senhor presidente me pode demonstrar com exatidão, quanto é que gasta em cada obra que a Câmara fez. Eu já sei que a sua opção é a adjudicação direta, já todos percebemos isso. Não era a nossa opção, mas se eu olhar para os documentos eu não vejo lá, com exatidão, quanto é que custou cada obra. Olhe, há uma coisa que eu sei, não é por incapacidade, a Câmara de Lousada tem excelentes técnicos, excelentes profissionais. Portanto a questão nem sequer é essa. E repare senhor presidente, não é o grupo parlamentar do PSD que o diz só, é também o Revisor Oficial de Contas que uma vez mais, vem chamar à atenção, alude à gravidade da inexistência do centro de custos, e faz ênfase, que em concreto, uma vez mais, o município de Lousada não pode dizer e não sabe, o valor de cada obra, seja ela grande ou pequena.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Minhas senhoras e meus senhores, relativamente à questão da diminuição neste ano das despesas e receitas de capital. Tem muito a ver com três casos muito concretos, em que as obras tiveram que ser adiadas, exatamente, por essas razões. No que diz respeito por exemplo ao plano energético, a diminuição das despesas com energia e com a iluminação. Portanto pôr a iluminação em todo o concelho, Lousada ser o primeiro concelho do país a ter só iluminação LED, tem a ver com o facto de ter que se fazer a abertura de concursos públicos. O primeiro concurso público foi anulado porque nenhum dos concorrentes obedecia aos critérios dos concursos, o que atrasou o processo. Relativamente aos sintéticos houve repetição da deliberação da Assembleia Municipal o que também adiou a remodelação do sintético, houve além disso necessidade de regularizar os registos de propriedade dos clubes, para a Câmara poder ser proprietária desses terrenos e poder fazer a remodelação dos sintéticos. E talvez tivesse tido alguma influência também nesta diminuição das despesas e receitas de capital, o atraso do Portugal 2020, que como sabem, por razões que o outro governo é responsável. Na questão do inventário, não se sabe de facto o valor das amortizações mas também não se sabe o valor em que seria aumentado o ativo. Minhas senhoras e meus senhores, dos mapas de prestação de contas de dois mil e dezasseis, balanço e demonstração de resultados, podemos retirar as seguintes conclusões: O balanço em trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis, evidencia um total de, cento e quarenta e um milhões, trezentos e quarenta e quatro mil e um total de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

fundos próprios positivos de oitenta e seis milhões quatrocentos e noventa e nove euros. Para além de um resultado líquido de dois milhões cento e setenta e quatro mil euros. A despesa paga durante o ano de dois mil e dezasseis atingiu o valor de vinte e quatro milhões oitocentos e cinquenta mil euros, tendo o município cobrado uma receita total, no valor de vinte e cinco milhões seiscentos e quarenta mil euros. O grau de execução da receita e da despesa corrente, aumentou consideravelmente, o que revela o cuidado na elaboração dos documentos previsionais. A cobertura das despesas pelas receitas internas e receitas próprias, apresenta valores superiores aos do ano anterior, o que demonstra uma maior capacidade de gerar receitas próprias, indiciando uma boa capacidade de financiamento interno e portanto um satisfatório grau de independência. Continua a ser cada vez maior a fatia da receita corrente a financiar a despesa de capital. Houve uma diminuição do valor das despesas com pessoal e o peso das despesas com pessoal nas despesas correntes diminuiu cerca de três vírgula cinco pontos percentuais. É de registar o aumento muito significativo nas transferências de capital para as freguesias. As vendas de bens e prestações de serviços, aumentaram. Registe-se a variação positiva dos rácios da solvabilidade, bem como da autonomia financeira. Os rácios da liquidez, voltaram a ser reforçados. Verificou-se uma forte diminuição da dívida total do nível do endividamento líquido e do passivo exigível líquido. Diminuíram ainda de igual forma, as dívidas de curto prazo e de médio e longo prazo. Isto é, os valores das dívidas a terceiros, dos empréstimos bancários, das locações financeiras e do acordo SUMA. Por todas estas razões e de acordo com o parecer do ROC – Revisor Oficial de Contas, o grupo municipal do Partido Socialista vai votar favoravelmente pela aprovação dos respetivos documentos.» -----

----- Intervenção do Sr. José Manuel Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Duas notas. Primeiro, senhor Ferro apraz-me vê-lo aqui na primeira volta. Acho que faz muito bem em nos ouvir, até para vir ao debate, como deve ser, e como outros membros da sua bancada parlamentar o tem feito ao longo do tempo, fica-lhe muito bem. Segunda nota, eu há pouco quando quis dizer adjudicação direta estava-me a referir a obras sobre administração direta da Câmara.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu deveria ter vindo na primeira volta. Faço aqui uma referência aquilo que disse, aponteí, mas ainda bem que falou das contas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

porque na reunião de Câmara nem uma palavra ouvimos por parte do PSD. Eu sei que não são as contas que vocês, se calhar, gostariam de ter aqui para falar, para criticar negativamente, mas ainda bem que falaram. E disse aqui uma coisa, que dois mil e dezassete é o ano das eleições. Portanto neste ano que passou houve uma redução propositada do investimento. Mas se vir o anuário financeiro dos municípios, em dois mil e quinze houve o maior pico de investimento municipal em Lousada e dois mil e quinze não foi ano de eleições. Esta questão que agora todos estão a prever, todos irão dizer, é ano de eleições, fazem estradas, fazem isto, fazem aquilo. Em dois mil e quinze, por exemplo, com os sete centros escolares. Não é Investimento? Eu só estou a questionar se nós deixamos para fazer os sete centros escolares em dois mil e doze dois mil e treze ou se fizemos em dois mil e catorze dois mil e quinze que não havia eleições nenhuma? Portanto foi feito. E daí, está vertido no anuário financeiro e não houve qualquer eleição. Portanto, isso e outras coisas, o que o relatório do ROC diz, diz coisas muito positivas que não referiu aqui, por exemplo boa capacidade de financiamento interno da Câmara de Lousada, satisfatório grau de independência, o peso com a despesa de pessoal diminuiu em relação ao ano anterior, mesmo com o início da reposição salarial. Isto também é um dado positivo. “ O município continua a ter uma capacidade assinalável de solver as suas responsabilidades. Endividamento diminuiu em todos os níveis, dívidas a terceiros, empréstimos bancários ” estou a citar. Portanto eu julgo que são umas contas exemplares, é aquilo que se deverá concluir e o senhor Ferro irá explicar isso melhor do que ninguém. E que são de elogiar e votar favoravelmente.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Dr. José Gonçalves permita-me que eu tome a decisão de falar quando entender. Sendo esta a última Assembleia para prestação de contas durante este mandato, pois as relativas a dois mil e dezassete só serão prestadas durante o próximo mandato, não posso deixar de evidenciar aqui a evolução de alguns indicadores desde o ano de dois mil e treze. É evidente a diminuição considerável das dívidas de médio e longo prazo e dos indicadores do endividamento. Empréstimos bancários, menos dezoito vírgula quatro por cento, de dez milhões trezentos e sessenta e quatro mil para oito milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil. Locação financeira, menos quarenta vírgula dois por cento, de oitocentos e setenta e sete mil cento e vinte e oito euros para quinhentos e vinte e quatro mil quinhentos e trinta e três euros. Acordo SUMA, menos noventa e oito vírgula sete por cento, de setecentos e noventa e dois mil e novecentos e sessenta e quatro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

euros para dez mil trezentos e cinco euros. Nível global do endividamento, menos um virgula trinta e dois pontos percentuais, de quarenta virgula dezasseis por cento para trinta e oito virgula oitenta e quatro por cento. Endividamento líquido, menos seis virgula dois por cento, de nove milhões quatrocentos e sete mil setecentos e quarenta e oito para oito milhões oitocentos e vinte e quatro mil quatrocentos e vinte e nove. É também de sublinhar a melhoria de diversos indicadores económicos e financeiros, gastos com o pessoal, menos quatro virgula dois por cento, de nove milhões novecentos e noventa e nove mil para nove milhões quinhentos e oitenta e dois mil euros. Receita efetiva, mais oito virgula setenta e três por cento, de vinte e um milhões quinhentos e sessenta e três mil para vinte e três milhões quatrocentos e quarenta e seis mil. Grau de execução da receita corrente, mais quatro virgula seis pontos percentuais, de noventa e sete vírgula seis por cento para cento e dois virgula dois por cento. Grau da execução da despesa corrente, mais três virgula dois pontos percentuais, de oitenta e sete vírgula seis por cento para noventa virgula oito por cento. Vendas de bens e serviços correntes, mais quatro vírgula oito por cento, de quatro milhões duzentos e quarenta e seis mil para quatro milhões quatrocentos e cinquenta e um mil. Transferências de capital para as freguesias, mais doze vírgula oito por cento, de seiscentos e seis mil novecentos e oito euros para seiscentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e três euros. Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, onde incluiu outra vez as freguesias, mais quarenta e quatro vírgula um por cento, de um milhão seiscentos e sessenta e três mil para dois milhões trezentos e noventa e sete mil e cinquenta euros. Grau de autonomia financeira, mais um vírgula trinta e dois pontos percentuais, de cinquenta e nove virgula oitenta e quatro por cento para sessenta e um vírgula dezasseis por cento. Grau de solvabilidade geral, mais cinco virgula sete por cento, de um vírgula quarenta e nove para um virgula cinquenta e sete. Valor do ativo, mais nove virgula nove por cento, de cento e vinte e oito milhões quinhentos e sessenta e quatro mil para cento e quarenta e um milhões trezentos e quarenta e quatro mil. Sendo assim, em nome do grupo municipal do partido socialista, quero felicitar todo o executivo da Câmara Municipal de Lousada, liderado pelo senhor presidente Dr. Pedro Machado, pela excelente e competente gestão do município, durante este mandato, que terminará no final do ano em curso, que na continuidade dos mandatos anteriores mantém Lousada como um dos municípios portugueses com melhores contas, com uma invejável situação económico-financeira. E o que dizem sobre o assunto os dirigentes atuais do PSD? Estas são as contas da vossa execução e não da nossa, o mais correto a abstenção E mais não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

disseram os atuais dirigentes do PSD. Já na Assembleia de novembro de dois mil e dezasseis, sobre a discussão do plano e orçamento para dois mil e dezassete, devido a uma notória falta de preparação para a mesma, também pouco ou nada disseram, argumentando que não valeria muito a pena a discussão, pois pouco ou nada do que fosse aprovado seria executado. Isto é, na discussão do orçamento dizem que não vale a pena porque nada será executado, na discussão da prestação de contas, dizem também não vale a pena porque essas não são as vossas contas, são as contas do executivo. Para os dirigentes atuais do PSD a discussão dos mais importantes documentos de gestão do município de Lousada, é um assunto de pouca monta. É caso para citar o provérbio, “quem não aguenta o trote não monta o burro”. É assim a oposição dos dirigentes do PSD Lousada, demitindo-se claramente das responsabilidades inerentes à sua eleição, defraudando plenamente a confiança dos lousadenses que neles votaram. E assim, estando na oposição, como seria se, hipoteticamente, um dia tivessem de assumir a responsabilidade de dirigir o município?» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Respondendo à intervenção do Dr. José Gonçalves e começando pela questão das ênfases que o ROC fez constar no seu relatório. Mas antes disso, queria saúda-lo por ter, finalmente, concordado connosco. Eu lembro-me de em mandatos anteriores a bancada da coligação questionar a competência dos técnicos. Ainda bem que agora já são de opinião que temos técnicos excelentes. Depois, queria corrigi-lo, uma vez que o ROC não refere nada de grave, o ROC limita-se a constatar aquilo que é uma evidência, que é o facto da contabilidade de custos ainda não estar implementada. Como sabe, apesar de ser algo que está previsto como necessário implementar, ainda não há sequer consequências, nem penalizações para quem não tiver contabilidade de custos totalmente implementada. Eu espero tê-la completamente implementada antes de vir uma lei que de facto obrigue de todo à sua implementação, porque nós temos quase todas as condições necessárias para o fazer, uma vez que demos nos últimos anos passos muito significativos para esse efeito. Lembro, e já o disse na reunião de Câmara, que o Município está neste momento numa clara revolução daquilo que é o seu modo de fazer, nomeadamente no que respeita à desmaterialização dos processos, estamos na era digital. Grande parte dos processos, ou melhor, a esmagadora maioria dos processos já não tramita em papel. E como deve imaginar, isto causa muitas resistências, muitos problemas, porque sempre que nós mexemos no nosso dia-a-dia, é natural, é da natureza humana haver resistências, mas o certo é que estamos a conseguir. Portanto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

achamos que se quiséssemos fazer tudo ao mesmo tempo a coisa podia correr mal, em prejuízo dos munícipes. E portanto contamos que tendo este objetivo concretizado da desmaterialização, teremos condições para implementar a contabilidade de custos, facilitada pelo facto de termos fomentado uma cultura de inovação nos nossos funcionários. Importa também dizer que nós sabemos perfeitamente aquilo que custa cada uma das obras, não só nas empreitadas. Como sabem, tratamos as obras de administração direta, do ponto de vista processual, como se fosse uma empreitada. E, por isso, sabemos perfeitamente quanto é que a obra custa, não só os materiais que estão quantificados e orçamentados, mas também a própria mão-de-obra que é desagregada pelos serviços municipais, em função de cada uma das obras. E portanto essa metodologia permite-nos saber com exatidão quanto é que custa cada administração direta. Aliás, os próprios serviços de contabilidade fazem uma nota de lançamento na prestação de contas, em que a mão-de-obra por administração direta que é utilizada é fornecida para orientar o imobilizado. Depois dizer que há outras áreas em que ela existe e é mesma obrigatória, por exemplo, no que respeita à água, ao saneamento e aos resíduos. O grau de informação que nós temos que prestar ao ERSAR é de tal maneira exigente, que se nós não tivéssemos toda a informação que é necessária para a contabilidade de custos, nós não tínhamos qualquer hipótese de prestar essa informação. Eu acredito, sinceramente, que no próximo ano seja possível nós termos a contabilidade de custos implementada, porque falta mesmo muito pouco. Depois queria dizer que relativamente à questão dos registos prediais é óbvio que o desejável é que todo património estivesse devidamente registado. No entanto convém também lembrar, e quem tiver formação jurídica sabe que é assim, que pelo facto de os prédios não estarem registados em nome do Município, daí não há consequências graves. Como é sabido, o registo predial no nosso sistema jurídico, é meramente declarativo, no fundo dá publicidade à propriedade. De qualquer modo, volto a frisar, é desejável que se faça essa atualização. Mas é um trabalho que não tem sido fácil. Neste momento, muitos dos prédios que constam da prestação de contas como não registados já estão registados ou então estão anulados, porque não existiam ou estavam em duplicado com outros. Neste momento grande parte daquela relação já não está atualizada. Mas depois há casos muito mais difíceis. Lembro por exemplo um artigo em São Miguel, são quarenta metros quadros, e que confronta todos os lados com a via pública. Ninguém sabe ao certo o que é aquilo. Porquê? Porque não há título aquisitivo. Supõe-se que seja uma cabine elétrica. Se nós tivéssemos escrituras era fácil, mas não existem. Como sabem, quando as avaliações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

concelhias foram feitas, foi como foi, há artigos que nasceram e não se sabe muito bem como. Temos também essa dificuldade. E também não me parece correto anular um artigo da matriz, se não tivermos a plena certeza de que o prédio não existe ou que está em duplicado. Em conclusão, é desejável que se conclua esse trabalho, mas também não é grave, de maneira nenhuma, que ele não esteja concluído. Seria grave, sim, se fizéssemos isso de uma forma atabalhoada e estivéssemos aqui a prejudicar os interesses do Município. Depois queria dizer que isto são as contas de dois mil e dezasseis, não são seguramente as contas de dois mil e dezassete, e que não houve aqui, de maneira nenhuma, uma atitude de retardar os investimentos para os fazer em dois mil e dezassete. Por nós, muitos dos investimentos que estamos a fazer já deveriam estar concluídos há muito mais tempo. O senhor Ferro já referiu aqui que, por exemplo, no que respeita à iluminação pública, houve diversas contingências no processo. Para a segunda fase, tivemos que abrir dois concursos públicos internacionais, o que atrasou imenso a concretização da obra. Por isso é que houve depois execução em dois mil e dezassete, senão teria sido tudo concretizado em dois mil e dezasseis. Depois o senhor Ferro também já referiu as diversas contingências que aconteceram nos outros assuntos. Tudo o que seja investimentos avultados e com recurso a empréstimo, implica problemas muito complicados, porque tem de passar por um crivo muito fino que é o Tribunal de Contas, que escrutina os assuntos à lupa e portanto é necessário prestar esclarecimentos, uma, duas, três vezes, juntar documentação que por vezes já havia sido junta, não é fácil. Mas o certo é que está tudo resolvido, as coisas estão à velocidade cruzeiro e o que interessa é que estão a ser feitos investimentos fundamentais para o concelho. Depois, muito breve e resumidamente dar nota de que para além da questão da execução do PPI, em que houve de facto essa redução, e já expliquei porquê, em termos da execução do orçamento foi muito favorável, próxima daquilo que foi no ano anterior. Aliás, ao nível da execução da receita foi superior a cem por cento. E portanto estas contas, no fundo, vêm demonstrar que os documentos previsionais são feitos com grande rigor, conforme temos vindo a dizer quando são apresentados a esta Assembleia. Por outro lado, e é também extremamente positivo, há cada vez mais despesa de capital que é financiada por receita corrente. Seria complicado se fosse ao contrário, se estivéssemos no fundo a aumentar a despesa corrente e não ter essa capacidade para investimento. A poupança corrente é praticamente igual à do ano anterior, cerca de três vírgula seis milhões de euros, e a despesa de pessoal tem diminuído sucessivamente. A cobertura das despesas pelas receitas internas e receitas próprias apresenta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

valores superiores ao do ano anterior, mostrando uma boa capacidade de financiamento interno e aumento do grau de independência do município. Em termos da situação económico-financeira, os rácios de liquidez e solvabilidade apresentam valores superiores ao do ano anterior, que por sua vez já tinham sido claramente positivos. O Município continua a ter uma capacidade muito grande de solver os seus compromissos de curto prazo. A dívida a terceiros de curto prazo também diminuiu. A dívida de médio/longo prazo diminuiu, de um ano para o outro, setecentos e dez mil euros. E queria também sublinhar que apesar dos empréstimos que contraímos, nomeadamente os mais recentes, nós vamos chegar ao final do mandato, ao final de dois mil e dezassete, com uma redução daquilo que é a dívida de médio e longo prazo. A capacidade de endividamento é notável, cerca de sessenta por cento, ou seja, em teoria, o Município teria capacidade para se endividar em mais de vinte milhões de euros. É certo que não o poderia fazer num só ano, mas em cinco anos poderia fazê-lo. De facto é notável. O resultado do exercício é ligeiramente inferior ao de dois mil e quinze, mas com resultados operacionais claramente positivos. Portanto eu diria, em conclusão, que o Município continua a ter uma situação económico-financeira perfeitamente equilibrada, tendo em dois mil e dezasseis concretizado um plano de investimento verdadeiramente ambicioso, e reduzido mais uma vez a dívida, não só de médio/longo prazo, mas também a dívida de curto prazo. E se isso, por si só, já era motivo de regozijo, será ainda mais relevante se tivermos em consideração dois fatores: primeiro é que aumentamos as transferências em dois mil e dezasseis para as Juntas de Freguesia em setenta mil euros e aumentamos as transferências para as Associações em cem mil euros. Isto comparando dois mil e dezasseis para dois mil e quinze. E ainda uma outra nota relevante que vocês branquearam que é questão do IMI. Nós sempre dissemos que, contrariamente àquilo que a coligação dizia, íamos ter uma redução sucessiva na receita de IMI. E portanto teríamos de ter sempre muita cautela quando reduzíamos a taxa de IMI, porque o facto de ter havido a avaliação geral da propriedade urbana não iria determinar um aumento da receita, e assim foi. No orçamento de dois mil e dezasseis tínhamos uma receita prevista de dois milhões oitocentos e cinquenta mil euros de IMI, porque a previsão tem que ver com uma regra matemática que é a média dos últimos três anos, mas já sabíamos na altura que a receita ia ser inferior. Portanto a receita liquidada foi de dois milhões seiscentos e quarenta e dois e se compararmos com a receita de dois mil e quinze são menos cento e noventa e quatro mil euros. Portanto recebemos menos IMI em dois mil e dezasseis face a dois mil e quinze, quase duzentos mil euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

O que é muito significativo. Depois, como sabem esta última redução que fixou a taxa em zero ponto três vai ter efeitos na próxima prestação de contas, em princípio vai reduzir ainda mais. Portanto, num quadro de tantos constrangimentos, de termos abdicado de tanta receita em benefício claro das famílias e das empresas, conseguimos concretizar um plano de investimentos muito ambicioso e chegamos ao fim do mandato com a dívida ainda inferior. Eu acho que devíamos estar aqui, por unanimidade, a reconhecer o mérito destas contas. Para terminar, queria dizer que lamento essa vossa demissão num assunto tão importante. Daqui a algum tempo, se tiverem o cuidado de analisar as contas, vão chegar à conclusão de que não se abstiveram. Demitiram-se das vossas responsabilidades, alienaram-se deste assunto.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação dos documentos de prestação de contas do ano de 2016, conforme estabelece a alínea l), do número dois do artigo vinte e cinco e o número dois do artigo vinte e sete, da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, bem como a apreciação do certificado legal de contas e do parecer sobre as contas apresentado pelo revisor oficial de contas em cumprimento do número um e três do artigo setenta e seis da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro” -----

----- A proposta número um foi aprovada por dezoito votos a favor e quinze abstenções dos seguintes membros: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição António Carlos Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Agostinho Paulo Teixeira Moreira em substituição Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Abílio José Barbosa Pereira em substituição Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de António Filipe Cardoso Barbosa, José Manuel Teixeira Gonçalves, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares Pias Nogueira e Alvarenga. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- TERCEIRO PONTO: Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considerou apreciado o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação conforme estabelece a alínea l), do número dois, do artigo vinte e cinco da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- QUARTO PONTO: Primeira revisão ao Orçamento da Receita, segunda revisão ao Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da primeira revisão ao Orçamento da Receita, segunda revisão ao Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- QUINTO PONTO: Primeira alteração ao Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços e Estrutura Orgânica Flexível dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Lousada, e consequente alteração ao Mapa de Pessoal do ano 2017 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da primeira alteração do Regulamento de Organização e Estruturas dos Serviços Municipais, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 43 de 01/3/2013, nos seguintes moldes: - Alteração do número máximo de unidades orgânicas flexíveis de 2º grau; - 1ª alteração à estrutura orgânica nuclear da Câmara Municipal de Lousada; -Alteração ao mapa de pessoal dos serviços municipais e a data da entrada em vigor da alteração da estrutura nuclear dos serviços municipais, será no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República, em cumprimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

das alíneas m e o), do nº 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 setembro” -

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- SEXTO PONTO: Assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de Serviços para Transportes Escolares -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por dois anos económicos, de acordo com os seguintes valores: ano de dois mil e dezassete – cento e quarenta e seis mil euros e ano de dois mil e dezoito – cento e noventa mil euros, referente à aquisição de serviço de transportes escolares, em transporte coletivo de passageiros (passes escolares) para o ano letivo de 2017/2018, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.ª da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- SÉTIMO PONTO: Associação Internacional de Cidades Educadoras- -

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da adesão à “ Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) ”, de acordo com o estabelecido na alínea k), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- OITAVO PONTO: Plano Estratégico Educativo Municipal -----

----- Intervenção do Sr. José Manuel Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente só venho aqui colocar uma questão, questão essa que até não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

tem nada a ver com o sentido de voto da bancada parlamentar. Faltam cinco meses para as eleições, o senhor presidente está em funções há mais de três anos e meio, hoje em vez de estarmos aqui a discutir, concordemos ou não, o plano estratégico educativo municipal, deste executivo, que poderia e deveria ter sido apresentado, votado, não digo na primeira Assembleia após as eleições, mas na segunda, e hoje, sim, seria a hora de estarmos aqui a tirar as consequências do mesmo plano. A questão que eu lhe coloco é, não estamos a ver tudo ao contrário? Eu não digo caricato mas durante três anos e meio ou mais de três anos e meio porque é que este plano não foi aqui apresentado? Para hoje sim, nesta ou na próxima, poderia até não ter sido nesta, até na próxima, estarmos todos aqui a discutir o que de positivo e o que de negativo ocorreu com o plano apresentar pelo executivo, que com toda a legitimidade ganhou as últimas eleições. Eu poderia estar aqui hoje a dizer que não concordo com isto ou com aquilo, haveria era um ponto que eu não poderia dizer, é que em devido tempo o executivo apresentou o plano educativo e o pôs em execução. Mas quê, agora em cinco meses vai fazer o que não foi feito em mais de três anos e meio.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvaes, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caros colegas, excelentíssimo público e comunicação social. Houve em devido tempo uma reunião sobre este dito plano, projeto estratégico municipal, na biblioteca municipal, onde eu estive presente, e na altura questioneei, o então responsável pelo plano da Universidade Católica, sobre a forma como ele estava a ser construído. E em devida altura, está aqui o senhor vereador, se bem se lembra, eu teci algumas considerações sobre a falta de consideração, excessiva, a que eram colocadas as Juntas de Freguesia, neste processo. Houve um conjunto de questionários que foram enviados às Juntas de Freguesia, que eu respondi. Um questionário e mais nada. Houve em termos estratégicos um conjunto de ações, digamos em termos de consulta, em termos de workshop ou de diálogo, com alguns parceiros, as Juntas, zero. Quando eu olho para este projeto, começo a ver o plano de ação, vou linha a linha, ponto a ponto, e em nenhum local aparece que um dos parceiros ou recursos neste projeto possam ser as Juntas de Freguesia. É uma coisa, que eu digo sinceramente, eu até podia ficar espantado, mas de facto, não fico. Porque isto já é uma normalidade desta gestão camarária, que tem em relação às Juntas de Freguesia um tipo de consideração que é, faz, resolve, desenrasca, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

nunca é considerado um parceiro ao nível igualitário, um parceiro de valor na resolução dos problemas do concelho de Lousada. Isto de facto é lamentável. Quando é preciso resolver um problema de transporte, de alimentação para uma escola, porque a cozinheira faltou, o senhor presidente de Junta pode resolver. Quando é preciso um problema de transportes escolares ou um problema de transporte de alunos para atividades que a Câmara desenvolve, senhores presidentes de Junta podem colocar as carrinhas. Quem é que resolve os problemas da manutenção parque escolar através de um protocolo realizado com a Câmara? Os senhores presidentes de Junta. Quem é que é um parceiro, fundamental, no processo educativo chamado às escolas, tem até assento nos conselhos escolares? Os senhores presidentes de Junta. Os diretores escolares, graças a Deus, e mérito lhe seja dado, sabem e têm sempre contado com os presidentes de Junta em todos os processos, estou sempre disponível e sei que os meus colegas também o estarão, para ir às escolas resolver problemas, ajudar a escola a intervir no processo educativo dos alunos, a resolver problemas de comportamento, etc, etc. São muitas as vezes que o agrupamento de escolas Dr. Mário Fonseca, pede à Junta, nas férias, para ajudar a resolver problemas comportamentais, transportar alunos para escola, para que determinadas crianças possam realizar ali uma ação formativa diferenciada. E as Juntas são parceiros neste processo e olhamos para este projeto, zero. Isto, meus amigos, é o pior que eu vi até hoje. Isto é lamentável. Era escusado. Mais, se nós olharmos depois para as medidas e para as ações, eu até compreendo, isto é bom para os formadores. As escolas por si próprias são espaços de formação, de aprendizagem, e o que nós temos aqui, oitenta por cento das medidas são mais formação, mais formação. Mais formação de quê? Onde é que estão as medidas concretas e práticas, por exemplo, para tornar o primeiro ciclo uma estrutura verdadeiramente qualificada, porque é a base do ensino para toda a vida. Nenhuma medida. Não vejo aqui, por exemplo, eu acho que era importante articular neste projeto educativo as AECs. Mas as AECs não são também uma responsabilidade do município? Não fazem parte de um plano estratégico de perceber qual é o futuro, qual é a visão que nós queremos para o concelho? Zero. Ou seja, muito sinceramente este plano é um conjunto de teorias, de intençõeszinhas, que somadas umas a seguir às outras, que mostram muito daquilo que tem sido a governação deste município, que é somar um conjunto de tarefas e não haver uma visão, um plano, uma estratégia, para percebermos o que é que nós queremos da nossa escola, o que nós queremos da formação para os nossos alunos, a sua integração a médio e longo prazo. Não existe, não se vislumbra. E para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mim isto, muito sinceramente, merece um zero. Para mim, eu vou votar, não. Eu vou votar contra este plano. Está mal feito, está mal apresentado. E depois há outras questões, por exemplo, tem aqui associações que são consideradas e que nem existem, estão completamente inativas, e há outras que até estão ativas e não estão aqui, mas pronto, isso é outra questão.» ----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Duas ou três notas, este plano, disse o senhor deputado Dr. Gonçalves, que em cinco meses, não haveria tempo para ser posto em prática. Este plano não é um plano estanque, nem é plano único e exclusivamente deste executivo, é um plano para Lousada. Foram ouvidas várias entidades, que não têm nada a ver com eleições, não lhes interessa os períodos eleitorais. Foram consultados para pensar na educação a longo prazo. Mas a não existência de um plano, não quer dizer que não exista planeamento, planeamento sempre houve, e um pouco a entroncar na última declaração, que é notório, é evidente para todos, mau seria que não fosse, que a educação em Lousada teve progressos muito significativos ao longo dos anos. Portanto, esses progressos, essas iniciativas que foram feitas, tanto pelo executivo anterior, como por este, não foram pensadas? O trabalho de todos os vereadores, não só na parte educativa mas também por exemplo na ação social, que intervieram, logicamente, na educação. É claro que foram. É lógico que todas estas ideias são trabalhadas com todos os intervenientes na educação, inclusive, obviamente, os presidentes de Junta. E neste caso, quem veio aqui, até foi ouvido. Portanto, também pode partilhar as suas ideias e as suas opiniões com a entidade que orientou este trabalho da Universidade Católica. Depois as outras considerações, são um pouco populistas e demagógicas, estamos em tempo de eleições, mas o que me interessa aqui saber: houve ou não houve uma evolução em Lousada na educação? Houve, indubitavelmente. Portanto, o que nós estamos a pensar e a verter neste plano, é um conjunto de opiniões, não só dos autarcas, aliás a maior parte das opiniões foram de pessoas externas à política. Os partidos políticos e muito bem também foram ouvidos, puderam dar as suas opiniões. Portanto tudo isto que ali está, é um pouco independente à Câmara Municipal de Lousada, é sim as forças vivas em termos educativos do concelho.» -----

----- Intervenção do Sr. José Manuel Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor deputado, eu discordo por completo quanto à questão das eleições ou não, até porque este plano é deste executivo, que foi eleito para quatro anos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Não sabemos o que vai acontecer no dia um. Na certeza porém, que se no dia um, os resultados forem diferentes, de certeza que o plano posteriormente a ser seguido não será este. Esta é a primeira nota, quanto a isso estamos entendidos. E a questão que eu aqui coloquei, não me vou debruçar sobre os outros assuntos, fico muito admirado quando me diz que há aqui questões que são independentes à Câmara. Mas a Câmara alheia-se desses assuntos? E finalmente admite publicamente de que se alheia desses assuntos. Dou-lhe os parabéns, se assim é, e vai ter oportunidade de vir aqui novamente, e faz bem, que assim é que é o combate de ideias, não é refugiar-se no final quando os outros não podem contrapor. E dou-lhe os parabéns por isso, é uma prática constante, sua é. Mas foi você que o disse. Mas que, alheia-se em questão de educação a Câmara? É isso? Finalmente ficamos todos a saber. E ainda bem que isso vem da própria bancada parlamentar do PS. Até porque se viesse da nossa bancada parlamentar iriam dizer que somos populistas e demagógicos e que estamos em eleições e portanto não temos mais nada para dizer. Fica-lhe bem senhor deputado.»

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu não disse isso, quem está aqui sabe que não o disse. Se calhar temos que fazer como nas televisões, puxar o filme atrás para ver isso, deve ter percebido mal. Eu disse que as opiniões vertidas naquele documento, pelas escolas, e que eu saiba os diretores de escolas, os professores, não são eleitos partidariamente. Portanto é uma opinião independente. Foi isso que eu disse, externas à Câmara de Lousada, são opiniões independentes, externas à Câmara de Lousada, vertidas naquele documento. Este documento, essencialmente, são um conjunto de opiniões que não têm nada a ver com os políticos. Os políticos também tiveram a sua participação e por isso é que se ouviram os partidos, os representantes dos partidos. Mas o documento não foi alinhado nem feito pela Câmara de Lousada de acordo com as conivências ou os interesses que possivelmente poderiam ou não ter. O documento tem críticas, devem ter lido, tem críticas, tem coisas que não estão bem-feitas, estão ali vertidas, ninguém as apagou, isso deve ter sido feito por alguém que pensa apartidariamente e na sua melhor intenção. E mesmo aqueles que pensam partidariamente também têm o pensamento livre. Eu percebi a intenção, mas não queira pôr nas minhas palavras aquilo que eu não disse. Mas ainda bem que podemos ter aqui algum debate, mas eu não disse isso.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Dr. José Gonçalves disse em primeiro lugar que a apresentação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

do plano estratégico podia ter sido, por exemplo, no início do mandato. Fazer um plano estratégico desta dimensão não aparece com um clique, tem que ser discutido, tem de ser proposto, discutido, apresentado, é muita gente e demora o seu tempo. Disse o senhor que se o PSD ganhasse, eventualmente, as eleições, que este plano iria ser alterado. Isso é uma afirmação, penso que foi o que o senhor disse, é uma afirmação tão grave. O senhor vai esquecer toda a gente que foi envolvida na discussão deste plano? O senhor, não, o vosso partido vai tomar essa posição de anular logo o plano, sem consultar, sem fazer o trabalho que foi feito até agora, anulando-o completamente. Eu vou-lhe dizer, por exemplo na equipa técnica quem é que esteve envolvido, só na equipa técnica, o município de Lousada, agrupamentos de escolas de Lousada, agrupamentos de escolas Dr. Mário Fonseca, agrupamentos de escolas Lousada Oeste, Agrupamentos de escolas Lousada Este, conselho de formação de agrupamento de escola, o conservatório do Vale do Sousa, o ensino privado, as associações de pais, e tudo isto orientado pela Universidade Católica Portuguesa. Ora, há quem diga que este plano não tem estratégia, houve vários dirigentes que fizeram essa acusação ao plano. O plano fala essencialmente de estratégia, através dos seus eixos estratégicos e linhas de ação. “Eixo um: Promoção do sucesso educativo e prevenção do abandono escolar”. É um eixo estratégico. “Eixo dois: qualificação das pessoas e aprendizagem ao longo da vida”. É outro eixo estratégico. “Eixo três: Valorização dos serviços e recursos educativos”. É outro eixo estratégico. Claro que depois haverá ações para cumprir estes eixos estratégicos, vou ler só uma, por exemplo no eixo um, “criação de dispositivos de motivação e de melhoria de qualidade do sucesso escolar”. Outra do eixo dois, “criação de mecanismos de qualificação da população adulta”, no eixo três, “conservação e valorização dos equipamentos escolares como espaço de interação educativa e comunicativa”. Uma data de ações que também estão incluídas neste plano estratégico. Além disso, as medidas em detalhe serão incluídas também nos planos anuais de cada escola. Portanto acho um bocado demagógico, sem sentido e pouco convincente, dizer que este plano não tem estratégia.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Respondendo ao Dr. José Gonçalves, porque é que nos últimos três anos o plano não foi apresentado? Poderia ter sido apresentado? Se calhar podia, mas não propriamente para ser aprovado pela Assembleia, porque este plano passou a ser previsto na lei apenas em dois mil e quinze. É a lei que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração e atualização



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

das Cartas Educativas que passou a conferir ao Conselho Municipal de Educação a responsabilidade também de conceder e aprovar e atualizar os planos estratégicos municipais. E, portanto, poderíamos, quando muito, ter apresentado este plano a esta Assembleia no ano passado, não mais do que isso. Estamos a falar dos planos estratégicos de primeira geração, pelo que tivemos o cuidado de nos socorrermos de uma equipa muito válida e competente da Universidade Católica. Acho que quem vier para aqui questionar a qualidade e o mérito da Universidade Católica, tudo bem, tem esse direito, mas a mim não me convence e não há de convencer a maioria dos nossos concidadãos. Agora, é um plano perfeito? Seguramente não será. Nenhum plano é perfeito, mas este plano também como já foi aqui dito é um plano seguramente dinâmico, que vai ter de ser atualizado e monitorizado. Foi feito sempre com grande diálogo entre as forças vivas do concelho, em especial com uma predominância, como é óbvio, da comunidade educativa. E portanto, percebi outro tipo de preocupações, como percebi, por exemplo, na reunião de Câmara quando os senhores vereadores referiram a preocupação que também é nossa e no fundo também está no plano, de apostar nesta ligação que tem que ser cada vez mais forte entre o que é a escola e a formação e as necessidades do mercado de trabalho. Aí estamos de acordo e o plano também tem essa preocupação. Mas estamos a falar de um plano estratégico, no fundo ele tem de apontar para os objetivos, as prioridades, aquilo que o Município pretende para o futuro, estabelecendo essas diretrizes e esses objetivos e depois, naturalmente, todos os anos tem de haver o plano de ação para concretizar esses objetivos. E naturalmente que as Juntas de Freguesia vão fazer parte desses planos de ação. Eu não estive nessa reunião, não sei porque é que a equipa do plano decidiu não acolher essas sugestões que terá feito, desconheço as razões. Mas possivelmente terá sido isso, não era o instrumento próprio para fazer constar a Junta de Freguesia, embora se o fizesse constar também não parecia mal, antes pelo contrário, mas o cerne da questão será mais depois no plano de ação, porque como disse e bem as Juntas de Freguesia têm aqui um papel importante, nomeadamente no primeiro ciclo, por força do acordo de colaboração que existe com o município. E o senhor presidente disse e bem, quem é que resolve os problemas das escolas e os pequenos problemas? São as Juntas, é verdade. Mas já agora, também em abono da verdade, quem é que paga as faturas? É a Câmara. Agora é evidente que nós preferimos e fazemos um apelo para que todos os presidentes de Junta o façam. Porquê? Porque achamos que vocês estando no local, tendo essa proximidade com a comunidade educativa, têm uma capacidade de resposta diferente da Câmara, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

temos vinte e cinco freguesias e não temos depois essa agilidade de resolver os problemas, na hora, como vocês conseguem. Depois as questões das AECs. Independentemente, eu não sei se consta, se não consta, mas independentemente de constar ou não constar, eu acho que se há matéria onde foram ao longo dos anos reconhecidos méritos a este concelho e a esta Câmara municipal foi na área da educação, foi no trabalho que se fez, não só no primeiro ciclo, mas já agora falando do primeiro ciclo, sendo inclusivamente pioneiros na introdução das atividades de enriquecimento curricular, quando foi decidido tornar obrigatório as atividades de enriquecimento curricular, com muita resistência na altura, em algumas escolas. Quando o país passou a dispor deste serviço, em Lousada já existia para aí há uns quinze anos. Nós de facto pedimos meças, porque temos a consciência tranquila do trabalho que temos feito ao longo dos anos, da aposta que temos feito ao longo dos tempos e continuamos a fazer, nomeadamente, estou-me a lembrar agora, da aposta na literacia e não na iliteracia como alguém escreveu no jornal recentemente, porque de facto é importante nós inovarmos, é importante nós apostarmos cada vez mais na educação, porque o futuro deste concelho depende seguramente da educação e formação das nossas crianças e dos nossos jovens. Eu não sei se o senhor vereador quer acrescentar alguma coisa.» -----

----- Intervenção do Sr. Vereador António Augusto: «Em alguns assuntos, nós temos tendência a termos sempre opinião, nós temos sempre opinião sobre futebol, temos sempre opinião sobre educação, mesmo e muitas vezes quando não temos nenhuma reflexão, nem nenhum estudo associado. Sem querer utilizar nenhum argumento de autoridade, o grupo que elaborou este documento é um grupo constituído pelos quatro diretores de agrupamento. São pessoas que conhecem extremamente bem o concelho, são pessoas realistas, capazes de desenhar medidas exequíveis, são pessoas que conhecem exatamente os problemas da educação no concelho. Além dos quatro diretores de agrupamento foi também a responsável pedagógica pelo conservatório Vale do Sousa, uma pessoa que lá está há muitos anos, e o conservatório tem também um papel extremamente importante na educação do concelho. Foram dois presidentes das associações de pais. Foram dois técnicos da educação da Câmara, eu também participei. O diretor do Cfae Sousa Nascente que também está há trinta anos a trabalhar no concelho. E fomos procurar associar a este grupo uma das universidades e uma das faculdades que tem trabalho de investigação científica e tem trabalho publicado nesta área. Estes Planos Estratégicos Educativos Municipais são relativamente recentes como o senhor presidente já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

afirmou. É a primeira vez que a Assembleia Municipal se confronta com a aprovação de um documento destes, até porque ele não estava previsto nos tempos de vigência das Assembleias anteriores. E portanto é natural que gere aqui algumas dúvidas. Efetivamente aquilo que se considera que é um Plano Estratégico Educativo Municipal, é um instrumento, deve ser um instrumento participado. E o que se fez? Foi nesta construção procurar que todos os atores locais fossem chamados. Foram chamadas as Juntas de Freguesia, foram chamadas as coletividades desportivas, culturais, foram chamados os partidos políticos, a dar as suas contribuições. Isto é, a identificar aquilo que consideravam que eram os problemas, as ameaças, toda a análise SWOT, a dar sugestões para atividades, soluções para os problemas, que poderiam ser identificados e as soluções que poderiam ser indicadas. E as pessoas foram todas ouvidas livremente, é evidente que as metodologias de audição destas pessoas são diversificadas, em função também do número de pessoas a ouvir. Há pessoas que foram ouvidas em focos de grupo, outras foram ouvidas através de entrevistas, outras foram ouvidas através de inquérito. E quem nos fez a assessoria, a Universidade Católica achou por bem que os senhores presidentes de Junta, até pelo seu número, deviam ser ouvidos através de inquérito. Nós já discutimos isso, já lhe explicamos isso, vocês foram ouvidos, através do inquérito. Eu sei que a metodologia de inquérito não é das mais ricas metodologias de obtenção de dados, mas também nada impedia o senhor presidente de Junta que tivesse vontade de acrescentar mais qualquer coisa aquilo que lhe estavam a perguntar, de fazer chegar isso a quem distribuiu o inquérito, não vejo qualquer problema, e o senhor deputado não tem qualquer problema em fazer isso, até porque o faz muitas vezes, por iniciativa própria. Em termos metodológicos, a metodologia foi completamente democrática, chegou a toda a gente, todas as pessoas puderam dar os seus contributos, todos os atores relevantes puderam dar os seus contributos. O que a comissão fez foi procurar encontrar as maiores regularidades desses contributos. Eu por exemplo na análise SWOT que está ali feita, há ali aspetos que eu não concordo, que eu não me revejo completamente, mas aquilo não é um documento da Câmara para a educação do concelho, da Câmara para os outros, é um documento da comunidade para a comunidade. Por isso é que ele foi construído com a comunidade. Foi construído com uma assessoria técnica completamente independente. Quando nós de uma forma que eu considero ligeira, fazemos avaliações que me parecem pouco fundamentadas, no fundo estamos a por em causa todas as pessoas que deram os seus contributos. Este documento não é um documento que possa ser redigido e elaborado de uma Assembleia para outra Assembleia, da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

primeira para a segunda Assembleia, é um documento que levou meses a elaborar. É um documento que ouviu muita gente, dezenas e dezenas de pessoas, que deram a sua opinião, livremente, nomeadamente os partidos políticos o puderam fazer e fizeram-no certamente com bastante empenho. Acho que estas afirmações têm um enquadramento político da época mas temos de perceber que as críticas não se dirigem só a quem está aqui deste lado, mas dirigem-se a todas as pessoas que se envolveram quer no levantamento dos dados, quer nas contribuições, quer depois na redação do documento final.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Plano estratégico Educativo Municipal, em conformidade com o estabelecido na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- A proposta número seis foi aprovada por dezassete votos a favor, nove votos contra, dos seguintes membros: Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Agostinho Paulo Teixeira Moreira em substituição Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Fátima Marisa da Silva Pereira, Cidália de Lurdes Pereira Neto, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de António Filipe Cardoso Barbosa, José Manuel Teixeira Gonçalves, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares Pias Nogueira e Alvarenga, e sete abstenções, dos seguintes membros: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição António Carlos Cunha Pacheco, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Abílio José Pereira em substituição Manuel Campos Sousa Neto, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais. ---

----- Com declaração de voto dos seguintes membros:-----
----- Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: “No sentido de fazer uma declaração do meu voto contra, que eu afirmei há pouco, gostava de afirmar, neste momento, que este documento é um resultado, e está aqui no documento, é um resultado de um trabalho conjunto entre a Câmara Municipal de Lousada e os intervenientes educativos sociais do concelho. Mas vem a esta Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Municipal porque se trata de um documento político, estratégico de uma Câmara Municipal para o concelho nos próximos anos. E portanto, mesmo tendo toda a colaboração que é correta, necessária e fundamental, nunca pus em questão essa questão. Mas a Câmara Municipal não se pode escusar da sua responsabilidade sobre este documento. Este é sempre um documento político. Escusar-se com a Universidade Católica, com os técnicos, com os diretores das escolas, deste documento, é uma falsa questão, é uma cobardia, de certa maneira. Mais, quero acrescentar que muitas das questões que foram levantadas na SWOT, de problemas, de situações, não têm aqui resposta nenhuma. Portanto, este documento é também, nesse aspeto, uma estratégia de não responder a questões que foram levantadas, precisamente por todos os intervenientes. E por isso é que eu votei contra.”-----

----- E Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu voto a favor, porque quando aqui cheguei, já tinha a noção que ia votar a favor, ninguém me fez sinal para votar contra ou me abster. E essencialmente, por respeitar as opiniões de toda a comunidade escolar.» -----

----- NONO PONTO: Projeto de Interesse Municipal - ARTEMIS PORTUGAL - Indústria de Artigos em Madeira, S.A. - Concessão de benefícios fiscais municipais -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número sete do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento do estatuto de “Projeto de Interesse Municipal” ao projeto de investimento apresentado pela ARTEMIS PORTUGAL –INDÚSTRIA DE ARTIGOS EM MADEIRA, S.A., com sede na Rua Serra de Campelos, nº 1233, freguesia de Lustosa, bem como a concessão dos seguintes benefícios fiscais: a) Isenção total das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, devidas pela aprovação de operações urbanísticas de edificação e respetiva utilização, necessárias à atividade prevista no projeto de investimento; b) Isenção total, do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), por um prazo de cinco anos, relativo a imóveis propriedade da entidade beneficiária, utilizados na atividade prevista no projeto de investimento, de acordo com a alínea c) do nº. 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12/09, conjugado com o nº. 2 Art.º 16º da Lei nº. 73/2013, de 3/09 e do art.º. 23º-A do Decreto-Lei nº 162/201, de 31 outubro, aditado pela Lei nº 7-A/2016, de 30



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de março”. -----
----- A proposta número sete foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- DÉCIMO PONTO: Projeto de Interesse Municipal - FAMO - Indústria de Mobiliário de Escritório, Lda. - Concessão de benefícios fiscais municipais -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número oito do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento do estatuto de “Projeto de Interesse Municipal” ao projeto de investimento apresentado pela FAMO – INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO DE ESCRITORIO, LDA, bem como a concessão dos seguintes benefícios fiscais: a) Isenção total das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, devidas pela aprovação de operações urbanísticas de edificação e respetiva utilização, necessárias à atividade prevista no projeto de investimento; b) Isenção total ou parcial, do pagamento do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), relativo a imóveis adquiridos pela entidade beneficiária para a atividade prevista no projeto de investimento; c) Isenção total, do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), por um prazo de cinco anos, relativo a imóveis propriedade da entidade beneficiária, utilizados na atividade prevista no projeto de investimento, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, conjugado com o n.º 2 Art.º 16º da Lei n.º 73/2013, de 3/09 e do art.º 23º-A do Decreto-Lei n.º 162/201, de 31 outubro, aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março”-----

----- A proposta número oito foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- DÉCIMO PRIMEIRO PONTO: Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número nove do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada aprovação do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, em cumprimento do estabelecido na alínea g) do n.º 1 do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro ” -----

----- A proposta número nove foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- DÉCIMO SEGUNDO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Joaquim Cândido Ribeiro – Proc. nº 50/RSP/17 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dez do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da atividade industrial, - indústria têxtil, sita em Casas Novas, freguesia de Macieira, requerida em nome de Joaquim Cândido Ribeiro – Proc. nº 50/17 (RSP), conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de nove de fevereiro de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número dez foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- DÉCIMO TERCEIRO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Jorge Teixeira Ferreira – Proc. nº 56/RSP/17 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número onze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da atividade industrial, sita na Rua do Carvalhal de Cima, freguesia de Nevogilde, requerida em nome de Jorge Teixeira Ferreira – Proc. nº 56/17 (RSP), conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de nove de fevereiro de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número onze foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- DÉCIMO QUARTO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Municipal – Vitor Serafim Alves Moreira Lobo – Proc. nº 77/RSP/17-----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número doze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da atividade industrial, sita na Rua Estrada Agra de Moreira, nº 438 freguesia de Sousela, requerida em nome de Vitor Serafim Alves Moreira Lobo – Proc. nº 77/17 (RSP), conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de vinte e um de fevereiro de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014”--

----- A proposta número doze foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- DÉCIMO QUINTO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público Municipal – José de Jesus Martins – Proc. nº 125/RSP/17 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número treze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da atividade industrial, sita na Estrada de Paiva, nº 77, freguesia de Aveleda, requerida em nome de José Jesus Martins – Proc. nº 125/17 (RSP), conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de vinte e um de março de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014”, que foi aprovado por unanimidade de 32 votos, dado que José Jesus Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, foi impedido nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 07 de janeiro -----

----- A proposta número treze foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos, uma vez que José Jesus Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, foi declarado impedido nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 07 de janeiro.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- DÉCIMO SEXTO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Leves & Delicadas - Indústria de Confeções Unipessoal, Lda – Proc. nº 143/RSP/17 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número catorze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da atividade industrial, sita na Rua das Giestas, freguesia de Figueiras, requerida em nome de Leves & Delicadas – Indústria de Confeções Unipessoal, Lda – Proc. nº 143/17 (RSP), conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de vinte e oito de março de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número catorze foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- DÉCIMO SÉTIMO PONTO: Relatório de execução orçamental e financeira do 4º trimestre de 2016 - Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, EM; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considerou apreciado o Relatório de Execução Orçamental e Financeira do 4º trimestre de 2016, da empresa “ Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas, EM – Sociedade Unipessoal, Lda, conforme disposto na alínea e) do nº 1 do art.º 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 69/2015 de 16 de julho. -----

----- DÉCIMO OITAVO PONTO: Instrumentos de Prestações de Contas do ano de 2016 - Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, EM -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considerou apreciado os instrumentos de prestação de contas do exercício de 2016, da empresa “ Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas, EM – Sociedade Unipessoal, Lda, conforme disposto no nº 1 do art.º 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

na redação que lhe foi dada pela Lei nº 69/2015 de 16 de julho.-----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Intervenção de Luciana Maria Teixeira Regadas: «Comecei-me a aperceber que no TVS, estou um pouco nervosa peço desculpa, não estou habituada a falar em público e não gosto. Rir é o melhor remédio, primeiro encontro de pessoas com problemas de memória. É uma pena que não tenham respeito pela doença das pessoas e que me ataquem constantemente pelos problemas que tive no passado, sobretudo vindo de pessoas do partido socialista porque são elas que comandam o TVS, porque não pôr o dono do TVS a fumar haxixe e beber umas vodkas.» -----

----- Faltou à sessão o seguinte membro: -----

----- Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão); -----

----- Ana Sofia Martins de Bessa; -----

----- Alberto Oliveira em substituição de José Bernardino Pinto Nogueira --

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apenas a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e um votos. -

----- Não participou na votação os seguintes membros: -----

----- Fátima Marisa da Silva Pereira; -----

----- José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais. -----

----- Eram vinte e três horas e quarenta minutos quando foi dada por encerrada a sessão.-----

A MESA
